

Autor:

José Augusto de Sottomayor-Pizarro

pizarro.jo@gmail.com

Título:

A família e o parentesco na historiografia sobre a nobreza medieval portuguesa – um olhar

Resumo:

Assumindo o carácter incontornável da figura e da obra de José Mattoso, que constituiu a via aberta para um fundamental investimento na investigação sobre a Idade Média portuguesa – e tendo como marco de referência a edição do conjunto dos livros de linhagens medievais portuguesas que ocorre no início da década de 1980 –, é traçado um quadro global da evolução desses estudos nos meios universitários portugueses e ibéricos nos últimos decénios. Em foco está não apenas a História social, nas suas várias vertentes, entre as quais as estratégias matrimoniais, as estruturas de parentesco, o património e as relações políticas adquirem um relevo particular, mas também os vários domínios que têm contribuído para o aprofundamento dos saberes sobre este período histórico, como as relações eclesíásticas e institucionais, os movimentos transfonteiros, a arqueologia, a heráldica, a literatura ou o quotidiano íntimo e familiar.

Palavras-chave:

Nobreza; aristocracia; parentesco; linhagem; primogenitura; cognatismo; matrimónio; transmissão de bens; poder régio.

Abstract:

The ground-breaking work and the personality of José Mattoso opened the way to a renewed wave of research on the Portuguese Middle Ages. His edition of the Portuguese medieval genealogical books, the «livros de linhagens», in 1980, is an undisputed reference. This article offers an overview of the development of this research field in Portuguese and Iberian academia. It focus not only on social History and its diverse aspects – among which matrimonial strategies, kinship structures, patrimony and political relationships are particularly relevant –, but also on several domains of study which have largely contributed to the knowledge about this historical period, such as ecclesiastic and institutional relationships, crossborder movements, archaeology, heraldic, literature and private or familiar everyday life.

Key-words:

Nobility; aristocracy; kinship relations; lineage; cognatic relations; right of the firstborn; matrimony; inheritance; royal power.

Plano:

1. Introdução
2. «A Floresta e as Clareiras»
 1. Delimitação do espaço
 2. Delimitação do tempo
 3. Fontes
 4. Tratamento de dados
3. Novas Veredas

Como citar este artigo:

José Augusto de Sottomayor-Pizarro, «A família e o parentesco na historiografia sobre a nobreza medieval portuguesa – um olhar», *Guarecer. Revista Electrónica de Estudos Medievais*, nº 5, 2020, pp. 145-169.

DOI: <https://doi.org/10.21747/21839301/gua5a5>

A FAMÍLIA E O PARENTESCO NA HISTORIOGRAFIA SOBRE A NOBREZA MEDIEVAL PORTUGUESA – UM OLHAR³⁷⁰

José Augusto de Sottomayor-Pizarro
Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Academia das Ciências de Lisboa
Real Academia de la Historia

À memória de Luís Krus

Para
José Mattoso
Leontina Ventura
António Resende de Oliveira
Bernardo de Vasconcelos e Sousa
Maria de Lurdes Rosa
Luís Filipe Oliveira

1. Introdução

Cumpriu-se, em 2020, cerca de uma década sobre duas publicações que têm muito a ver com a temática que nos congregou em torno da temática do presente volume: o lançamento, em 2010, da *História da Vida Privada em Portugal*, dirigida por José Mattoso, cujo primeiro volume, relativo à Idade Média, foi coordenado por Bernardo de Vasconcelos e Sousa; e, em 2011, também sob a direcção de José Mattoso, um volume dedicado à análise da produção historiográfica portuguesa relativa à Idade Média, entre 1950 e 2010, no qual se contemplou um capítulo exclusivamente dirigido aos estudos sobre Nobreza. Em ambas se aborda o grupo aristocrático: naquela sob um ponto de vista mais restrito, ou seja, claramente vocacionado para caracterizar o parentesco, desde a questão da terminologia que o definia, até à das práticas e estratégias matrimoniais, bem como da sua estrutura; e nesta, através de uma síntese sobre as principais linhas de investigação seguidas ao longo de mais de meio século, para o estudo daquele grupo social³⁷¹.

³⁷⁰ Este artigo foi desenvolvido no âmbito do projeto MELE (Da Memória Escrita à Leitura do Espaço, POCI-01-0145-FEDER-032673), cofinanciado pelo Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI), através do Portugal 2020 e do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), e por fundos nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

³⁷¹ Mattoso (dir., 2010, pp. 98-132); Mattoso, Ventura, Sottomayor-Pizarro e Sousa (2011).

Como é evidente, não é difícil compreender como a figura e a obra de José Mattoso são incontornáveis no âmbito das duas matérias, ou seja, quer quanto à Idade Média portuguesa, ali de um ponto de vista da vida quotidiana, íntima e familiar – mas o mesmo se poderia afirmar se a obra tratasse a Idade Média, *tout court* – aqui mais especificamente no âmbito da História social.

Muito do que vou referir, como é óbvio, sabem-no perfeitamente os investigadores mais velhos que possam ler estas linhas. Para eles, talvez se proporcione um momento de nostálgica reflexão sobre caminhos já há muito trilhados, os quais também permitiram fecundos encontros de ideias, partilhas de dados e animadas discussões, justificando sobremaneira o elenco dos participantes no colóquio. Mas é para os mais novos, e ainda bem que são muitos, que vai dirigida estas linhas, para que compreendam que a investigação, seja sobre que tema for, implica uma enorme conjugação de esforços, e de uma gigantesca acumulação de conhecimentos, transmitidos através de múltiplas gerações, tanto de cronistas como de historiadores.

Não me escapa, como por certo aos demais, como o individualismo e o egoísmo que marcam os nossos tempos também muitas vezes se reflectem na falta de consideração pelo esforço dos que precederam os jovens investigadores de hoje, considerados e considerando-se um verdadeiro batalhão de elite que agora, por fim, irá derramar ondas de sabedoria e de conhecimento por toda a mediocridade precedente. Todavia, aquilo que se descobre e que se avança, na verdade, e não haja dúvidas quanto a isso, é sempre pouco, e só se compreende e se pode valorizar integrado num conjunto mais vasto. Na verdade, não é simples metáfora a imagem do anão às costas do gigante, vendo um pouco mais além!

2. “A Floresta e as Clareiras”

Vejamos, então, que caminhos se trilharam até chegar até àqueles dois textos de síntese, sabendo que no início do caminho a floresta era quase impenetrável, já fosse em relação à nobreza medieval ou, ainda mais, quanto às questões ligadas ao parentesco; na verdade, a abertura de clareiras não foi fácil³⁷².

Devemos quase por inteiro a José Mattoso essa acção de arroteamento. Para abreviar um pouco, pedia-lhes para recuar até à primeira metade da década de 1980 quando, no pequeno espaço de um lustro, ocorrem algumas publicações da maior importância, quer do ponto de vista editorial quer académico. Quanto ao primeiro, em 1980 são editados criticamente por José Mattoso os três nobiliários medievais

³⁷² Adopto aqui a ideia de José Mattoso, que utilizou a imagem da “floresta e das clareiras” no seu estudo preliminar e verdadeiro ideário sobre o que era necessário fazer neste âmbito de estudos – cf. «Programa. 1 – Introdução ao estudo da nobreza medieval portuguesa», com que abriu a sua primeira colectânea de trabalhos editados – vd. infra (1981, pp. 13-34). A maior parte da obra de José Mattoso foi recolhida em 12 vols. de *Obras Completas* (2001-2002), que pontualmente citaremos.

portugueses³⁷³, que em 1981 e 1982 publica as suas duas primeiras colectâneas de artigos³⁷⁴, e ainda em 1982 a sua primeira síntese³⁷⁵, seguindo-se, em 1985, mais uma colectânea³⁷⁶ e mais uma síntese, esta última, para muitos, uma das obras mais marcantes da historiografia portuguesa do século passado³⁷⁷. Finalmente, e agora sob o ponto de vista académico, em 1982 e 1983 tiveram início os primeiros cursos de mestrado em História da Idade Média, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, respectivamente.

Como por certo se aperceberam, rapidamente se ultrapassou o olhar sobre uma década para uma distância de 40 anos, o que já nos oferece muita matéria para reflexão. Por exemplo, quem tentou trabalhar a informação dos nossos nobiliários medievais, a partir da edição promovida por Herculano nos *Portugaliae Monumenta Historica*, sabe bem como tudo mudou com a edição de 1980, e digo-o tanto para historiadores como para os estudiosos da literatura e cronística medievais. Mas, é sobre na primeira colectânea que agora gostaria de focar a atenção. Reunindo um conjunto de textos publicados ou apresentados entre 1968 e 1980, ofereceu-nos tantas páginas de informação primária e de interpretação, que muitos começaram a partir de então a compreender o verdadeiro alcance da obra de Mattoso. Claro que, para trás, ficaram os seus textos iniciais sobre o mundo monástico, beneditino e cluniacense, entre algumas aventuras pelos territórios da arte românica, sem esquecer os dois trabalhos de maior fôlego, e ambos pioneiros: primeiro sobre o mosteiro de S. João de Pendorada, defendido como dissertação de licenciatura³⁷⁸, e depois a sua dissertação de doutoramento, sobre o monaquismo cluniacense na diocese do Porto³⁷⁹, ambas apresentadas na Universidade Católica de Lovaina, sob a orientação de Leopold Génicot.

Ao amparo das metodologias ensaiadas pelo seu mestre e por Georges Duby, Mattoso compreendeu então rapidamente a importância da articulação entre o mundo da nobreza e o mundo monástico, e elaborou uma série de reconstituições genealógicas, quer sobre a nobreza condal quer sobre as famílias de infanções, que verteu em dois trabalhos ainda hoje essenciais, muito embora mereçam alguns ajustamentos, devido sobretudo ao aumento considerável de documentos hoje disponíveis³⁸⁰. E foi a partir dos dados recolhidos para essas genealogias, que José Mattoso avançou para o estudo da

³⁷³ Mattoso e Piel (1980) e Mattoso (1980).

³⁷⁴ Mattoso (1981) e (1982).

³⁷⁵ Mattoso (1982).

³⁷⁶ Mattoso (1985a).

³⁷⁷ Mattoso (1985).

³⁷⁸ Mattoso (1957).

³⁷⁹ Mattoso (1968).

³⁸⁰ Mattoso (1968-1969) e (1969).

estrutura da família nobre – muito entusiasmado, diga-se, como tantos outros na década de 1970, com a interdisciplinaridade, sobretudo a partir das leituras de Claude Lévy-Strauss ou de Pierre Bourdieu –, cujos resultados apresentou num texto de 1974, «Sobre a estrutura da família nobre portuguesa»³⁸¹, depois aprofundado no início da década de 1980 com dois trabalhos, um de carácter mais prático e bem conhecido de todos, «Cavaleiros-andantes: a ficção e a realidade» (1980), e outro mais teórico, intitulado «Problemas sobre a estrutura da família na Idade Média» (1982), publicados nas referidas colectâneas de 1981 e de 1985³⁸². Pelo meio, ainda abordaria a família não nobre, mas sobretudo a partir das fontes jurídicas, como se compreende³⁸³.

Estes textos merecem-me um breve comentário. Com efeito, foi através deles que o meu Mestre divulgou uma série de conclusões a que chegara sobre estas matérias, em grande medida influenciadas pelos autores que acima indiquei, mas em particular por Georges Duby, que o levaram a admitir que em Portugal se tinham verificado os mesmos fenómenos de alteração na estrutura da família aristocrática, que aquele ilustre historiador francês registara ao estudar a nobreza do Mâconnais. No texto de 1974, não existem quaisquer reparos quanto a diferenciações cronológicas, questão que viria a ser sublinhada no texto de 1982:

Em Portugal, creio não haver dúvida de que o sistema linhagístico (...) substituiu o cognático durante a segunda metade do século XII, ou seja, uns cem anos mais tarde, pelo menos, do que na França do Norte³⁸⁴.

A partir dessas mesmas conclusões, que a grande maioria dos investigadores passara a aceitar, e eu incluo-me entre eles³⁸⁵, desenvolveram-se várias linhas interpretativas sobre história política ou social, mas também sobre as representações simbólicas da nobreza, como a honra, a transmissão patrimonial ou os nomes. Como principal consequência daquela transformação, pelo menos no plano teórico, surgiram os filhos segundos das famílias, deserdados dos bens familiares, com as mulheres encaminhadas para uma vida de celibato monástico e os homens para as ordens militares e as carreiras eclesiásticas, ou mesmo trilhando os caminhos do desespero aventureiro ou da iniciação de cruzada e de busca mística, belamente retratados naquele texto sobre os *Cavaleiros-andantes: a ficção e a realidade*.

Investigações posteriores, porém, em concreto por parte de alguns dos seus discípulos mais directos, como Bernardo de Vasconcelos e Sousa, Luís Filipe Oliveira e eu próprio, viriam a contrariar uma parte das conclusões do seu Mestre, sobretudo quanto

³⁸¹ Reeditado Mattoso (1981, pp. 373-388).

³⁸² Mattoso (1981, pp. 355-371) e (1985a, pp. 241-257).

³⁸³ Mattoso (1981a).

³⁸⁴ Mattoso (1985a, p. 186).

³⁸⁵ Sottomayor-Pizarro (1985).

à questão da transmissão patrimonial, no que à exclusão dos irmãos mais novos dizia respeito. Em boa verdade, o primeiro a alertar para esta questão foi Bernardo de Vasconcelos e Sousa, que ao estudar a família dos Pimentel compreendeu que não existia aquela referida exclusão:

“Longe de estarem excluídos ou mesmo afastados da vida da linhagem, aos secundogénitos coube um papel fundamental no período que mediou entre os anos oitenta do século XIII e o primeiro terço do século XIV. O relevo que tiveram na estrutura linhagística e a sua posição face ao respectivo património não deixam dúvidas acerca de uma participação por inteiro nos destinos familiares”. E logo a seguir, rematava – “O resultado, em termos patrimoniais, foi o consequente desmembramento e a inevitável dispersão dos haveres territoriais da linhagem”³⁸⁶.

Uma família, porém, poderia ser uma das típicas exceções que confirmam a regra. Todavia, através de uma investigação que decorrera a par daquela, e que me levava a reconstituir a genealogia de uma centena de famílias, veio confirmar-se, e creio que de forma bastante segura, que em Portugal a prática da partilha dos bens entre todos os herdeiros se manteve até muito tarde, poderia dizer-se sem grande receio até ao final do século XIV³⁸⁷.

A partir de então, e com o alargamento do uso do morgadio, primorosamente estudado por Maria de Lurdes Rosa, em particular ao nível do topo da hierarquia nobiliárquica³⁸⁸, começou de facto a afirmar-se o sistema de linhagens em que o primogénito varão se destacava sobre os demais parentes, mas em especial quanto à posse de bens e jurisdições doados pela Coroa, mas não quanto ao restante património, o qual continuou a ser distribuído entre todos os herdeiros, até bem entrado o século XVI³⁸⁹. Finalmente, e como reforço de todas essas correcções, Luís Filipe Oliveira, a partir do seu estudo das Ordens de Avis e de Santiago³⁹⁰, no qual aplicou o método prosopográfico para enquadrar sociologicamente os freires-cavaleiros daquelas milícias, acabou por demonstrar que a sua proveniência era muito maior nos meios urbanos e concelhios dos cavaleiros-vilãos, do que da fidalguia. De resto, e quanto a essa mesma matéria, também já eu tinha anteriormente levantado essa hipótese³⁹¹.

Se, em suma, e como afirmei na minha dissertação, ao nível da transmissão e/ou exercício dos cargos e funções políticos se poderia eventualmente encontrar alguma preferência por um dos irmãos, admitamos que seria o mais velho, até porque aqueles

³⁸⁶ Sousa (2000, pp. 253 e 260).

³⁸⁷ Sottomayor-Pizarro (1999).

³⁸⁸ Rosa (1995).

³⁸⁹ Veja-se o excelente estudo de Miguel Pereira Aguiar (2021).

³⁹⁰ Oliveira (2009).

³⁹¹ Sottomayor-Pizarro (2009).

não eram divisíveis, o mesmo não se passava quanto ao património. Disso mesmo dava conta Leontina Ventura, num texto de 1996, já conhecedora dos trabalhos dos seus colegas, quando afirma:

[...] mas no que respeita [...] às formas de poder político. Isto é, enquanto na repartição das heranças, essas famílias continuavam a seguir o sistema igualitário e cognático, reduzindo a base patrimonial [...], no que respeitava à transmissão de cargos e de funções políticas e administrativas, seguiam o sistema agnático [...]³⁹².

Quer dizer, então, e como eu concluía na minha dissertação, «que a nobreza se dividia, em termos sucessórios, entre um agnatismo político e um cognatismo patrimonial»³⁹³.

Mas estas constatações têm de ser assumidas nas suas consequências, ou seja, deveremos rever as interpretações feitas sobre determinadas conjunturas políticas, que partiram do princípio da existência de um sistema de exclusão dos filhos segundos, nomeadamente as designadas, a meu ver incorrectamente, *guerras civis* de 1245-1248 e de 1319-1324, para referir as mais conhecidas, que supostamente teriam oposto irmãos contra irmãos, os primogénitos política e territorialmente poderosos, e os outros diminuídos, secundarizados e «sem bens».

De resto, o próprio José Mattoso reconheceu por diversas vezes que as referidas correcções ao modelo que ele tinha proposto estavam acertadas, quer nos prefácios com que nos honrou, a mim e a Luís Filipe Oliveira, nas respectivas edições das duas dissertações³⁹⁴, quer em vários textos autónomos ou de reedição de trabalhos próprios³⁹⁵.

Por outro lado, a inegável fragmentação patrimonial, decorrente da estrutura de parentesco adoptada, teve, a meu ver, profundas consequências políticas, sobre as quais, de resto, já eu avançara algumas conclusões em 1997. Partindo da afirmação de Georges Duby, segundo o qual «Há, em todo o caso, entre estruturas de parentesco e estruturas políticas, uma correlação íntima, uma ligação verdadeiramente orgânica (...)», avantei a hipótese de, para além de outras condicionantes que aqui não posso agora referir, a estrutura de parentesco que efectivamente se adoptou ter sido, de alguma forma, uma resposta ao processo de centralização do poder régio precocemente iniciada desde a segunda metade do século XII:

Como é evidente, não vamos agora afirmar que o início da centralização régia provocou nas estruturas de parentesco como que um "regresso às origens"; mas,

³⁹² Ventura (1996).

³⁹³ Sottomayor-Pizarro (1999, vol. II, p. 568).

³⁹⁴ Cf. Mattoso (1999, vol. I, pp. 9-11).

³⁹⁵ Mattoso (1981) [reeditado em (2001-2002, vol. 7, p. 283 - nota 101)].

sendo bem conhecidas as reacções que as medidas centralizadoras promovidas por D. Afonso II provocaram na nobreza, não podemos deixar de nos interrogar sobre o efeito que as mesmas poderão ter tido naquelas estruturas. Trata-se, como é óbvio, de uma mera hipótese, mas não poderá ter acontecido que aquela centralização tenha provocado, não diremos um recuo, mas uma certa debilidade no processo de imposição de algumas das suas características agnáticas? Como, por exemplo, uma certa dificuldade em alargar a primogenitura masculina ao regime de transmissão de bens, já de si confrontada com uma certa oposição de carácter jurídico, como a seguir veremos? Porque, se assim foi, talvez isso explicasse o fenómeno que há pouco referimos, ou seja, a presença na corte, em simultâneo, de vários irmãos, ou mesmo de primos, com um estatuto muito idêntico, aproximando-o, com contornos eventualmente atenuados relativamente às suas formas mais puras, de uma *frérage*. Sentindo a ameaça que começava a pairar sobre as suas prerrogativas e privilégios senhoriais, o cerco encetado por D. Afonso II não poderá ter provocado uma reacção defensiva por parte da nobreza – sem regressar, como é lógico, às formas típicas do cognatismo – que passasse por uma certa recuperação da importância do apoio dos parentes?³⁹⁶.

Como se poderá calcular, não teria hoje qualquer dúvida em afirmar aquela relação. E que a erosão causada por aquela opção no património nobiliárquico teve consequências políticas muito profundas, é o que tenho vindo a afirmar nos últimos anos³⁹⁷, e como creio que ficará demonstrado no ensaio há muito prometido, mas que parece agora verá a luz no corrente ano, sobre a evolução da nobreza medieval portuguesa, em particular nas suas relações com o poder régio.

* * *

De regresso à obra de José Mattoso, um pequeno apontamento final, antes de me aproximar de novo do tempo presente. Ainda a propósito daquela colectânea de 1981, não posso deixar de aqui referir o importante texto com que a mesma abria, «Introdução ao estudo da nobreza medieval portuguesa», que se apresentava como um verdadeiro «Programa», e que foi muito inspirador para os então jovens investigadores da minha geração³⁹⁸. Que conste, aqui, o que foi feito, e ele próprio teve a oportunidade de actualizar aquelas reflexões³⁹⁹, que clareiras se abriram naquela densa floresta, de que o meu Mestre falava no início, «num campo praticamente virgem da nossa historiografia», destacando apenas as principais, como é óbvio, pois que a maioria está referida no já citado capítulo da obra *The Historiography of Medieval Portugal*, de 2011.

³⁹⁶ Sottomayor-Pizarro (1999, vol. II, p. 589).

³⁹⁷ Sottomayor-Pizarro (2012), (2016), (2017a), (2018), (2021a), (2021b) e (2021).

³⁹⁸ Vd. a citação da nota 2, p. 9.

³⁹⁹ Mattoso (1998, vol. 1, p. 341).

Seguindo a ordem por ele proposta, e de forma totalmente esquemática, vejamos como se pode responder à sua pergunta inicial – «Que seria, pois, necessário para estudar a nobreza medieval portuguesa?»:

1 – Delimitação do espaço.

José Mattoso sublinhou muito a importância da abertura dos nossos horizontes até, pelo menos, à Coroa de Castela. Ele próprio o fez por diversas vezes, mas permitam-me que destaque o seu belo texto sobre *A nobreza medieval galaico-portuguesa. A identidade e a diferença*⁴⁰⁰. Clareira que se alargou com vários textos de Henrique David, em torno da presença de cavaleiros portugueses nos *repartimientos* andaluzes⁴⁰¹, de Eduardo Pardo de Guevara, sobre a passagem de famílias galegas para Portugal aquando da guerra entre Pedro I e Henrique II de Castela⁴⁰², ou os variados estudos das relações transfronteiriças entre a nobreza portuguesa e galega-leonesa, de Inés Calderón Medina e de João Paulo Martins Ferreira⁴⁰³, ou ainda a minha síntese sobre circulação de nobres na Hispânia medieval⁴⁰⁴. Voltarei a repeti-lo no final, mas não posso deixar de reforçar a importância do estudo comparado entre a nobreza portuguesa e a dos outros reinos peninsulares, em especial os que integraram a Coroa de Castela (Galiza, Leão e Castela).

2 – Delimitação do Tempo

Mattoso propunha 1037-1383, ou seja, desde a implantação da dinastia navarra no reino de Leão até ao início da crise sucessória dos finais do século XIV, como período a considerar. Claro que o próprio reconhecia a subjectividade destas escolhas, já para não falar do seu pouco interesse pelo século XV. Mas, mesmo sabendo a sua aversão pela questão das “origens”, creio que não podemos descartar o fenómeno das presúrias que configuram o território onde Portugal surgirá e onde se estabeleceu uma nobreza condal, com muito mais ligações à nobreza infancional dos séculos XI e XII do que então se supunha – como o demonstrou de forma veemente João Paulo Martins Ferreira⁴⁰⁵, e eu tinha adiantado sobre os de Lanhoso⁴⁰⁶; desde o século IX, portanto. E quanto a 1383,

⁴⁰⁰ Mattoso (1985a, pp. 171-196).

⁴⁰¹ David (1986) e(1989).

⁴⁰² Pardo de Guevara y Valdés (1985, pp. 477-511), (2001) e (2012).

⁴⁰³ Calderón Medina (2018); Calderón Medina e João Paulo Martins Ferreira (2013); Ferreira (2019).

⁴⁰⁴ Sottomayor-Pizarro (2010).

⁴⁰⁵ Ferreira (2010) e (2019).

⁴⁰⁶ Sottomayor-Pizarro (1999, vol. II, p. 139).

não posso estar mais em desacordo. Do ponto de vista operativo posso entender, mas não excluindo o século XV, e já agora o primeiro quartel do XVI, como cabalmente demonstraram António Pestana de Vasconcelos e Miguel Pereira Aguiar⁴⁰⁷. Mas então faça-se o corte em 1415, pois é a partir dali, e não com Aljubarrota, que de facto a fidalguia portuguesa sofre uma profunda mutação, como já procurei sublinhar por diversas vezes⁴⁰⁸.

3 – Fontes

José Mattoso destacava os *Livros de Linhagens* como a principal fonte. Ele próprio, como já disse, assumiu a tarefa de os editar criticamente. Prepararam-se agora novas edições, mais completas e a partir do espólio que ele mesmo cedeu aos Professores Maria do Rosário Ferreira e José Carlos Miranda, já com um primeiro volume publicado⁴⁰⁹. Seguiam-se, em ordem de importância, os textos das *Inquirições Gerais*. Como se sabe, assumi a tarefa de publicar as inquirições ainda inéditas e, enquanto director dos *Portugaliae Monumenta Historica*, de promover a reedição das inquirições já publicadas em edições mais actualizadas. Assim, para além das *Inquirições Gerais de 1284 e de 1288-1290*⁴¹⁰, este ano serão publicadas por mim as que faltavam do reinado de D. Dinis (1301, 1303-1304 e 1307-1311)⁴¹¹, e ainda a reedição das de D. Afonso II de 1220, por uma equipa coordenada pela Professora Amélia Aguiar Andrade⁴¹². Pela minha parte, tenciono publicar em 2022 as *Inquirições Gerais de D. Afonso IV de 1343*, tal como preparo o projecto para a reedição das *Inquirições Gerais de D. Afonso III de 1258*. Creio que também será importante destacar a reedição, na mesma colecção, das epígrafes medievais portuguesas, a cargo de Mário Jorge Barroca⁴¹³. Os *Cancioneiros Medievais* estão publicados, e sobre eles se debruçaram com trabalhos exemplares António Resende de Oliveira e José Carlos Ribeiro Miranda, sendo ainda de destacar e de louvar os trabalhos de Maria do Rosário Ferreira e de Filipe Alves Moreira em torno das *Crónicas*, e de todos eles sobre os textos de gesta⁴¹⁴. Do meu ponto de vista, é talvez ao nível

⁴⁰⁷ Vasconcelos (2009); Aguiar (2021).

⁴⁰⁸ Por mais recente, cf. Sottomayor-Pizarro (2019).

⁴⁰⁹ Moreira e Ferreira (ed., 2019-2020).

⁴¹⁰ Sottomayor-Pizarro (ed., 2007) e (ed., 2012 e 2015).

⁴¹¹ Sottomayor-Pizarro (ed., 2020-2021).

⁴¹² Andrade, Roldão e Fontes (ed., 2020-2021).

⁴¹³ Barroca (ed., 2017).

⁴¹⁴ Oliveira (2011, pp. 381-400), (2013, pp. 257-278), (2015), (2016); Miranda (2004), Miranda e Ferreira (2015); Ferreira (2011) e (2019); Moreira (2008) e (2013); Bautista (2011); Souto Cabo (2012); Pichel (2021).

da *Heráldica* que continua a existir a falta de um *corpus* que permitisse estudos com mais base de informação. Isto não retira nada à importância dos trabalhos de Miguel Metelo de Seixas, verdadeiros marcos dentro da especialidade, na continuação da obra do Marquês de Abrantes, ou de João Bernardo Galvão Telles, João Portugal, António Castro Henriques ou Tiago de Sousa Mendes⁴¹⁵. Uma palavra, ainda, para o notável esforço feito por Maria de Lurdes Rosa e os seus colaboradores na inventariação e estudo dos *Arquivos Senhoriais* dos séculos XV-XVI⁴¹⁶. José Mattoso ainda avançava outras tipologias documentais, mas que aqui não valerá a pena enunciar. Recordem-se, a propósito, os vários volumes entretanto publicados das Chancelarias Régias e das actas das Cortes ou, como se acabou de ver, o novo impulso dado aos *Portugaliae Monumenta Historica*⁴¹⁷.

4 – Tratamento de Dados

José Mattoso citava neste apartado a necessidade de se cartografar a propriedade da nobreza⁴¹⁸, de se elaborarem listas dos membros e dos cargos políticos associados à Corte⁴¹⁹, ou ainda das reconstituições genealógicas e elencos prosopográficos. Creio que as dissertações posteriores e/ou trabalhos mais reduzidos da maior parte dos seus discípulos – Luís Krus⁴²⁰, Leontina Ventura⁴²¹, António Resende de Oliveira⁴²², Bernardo Vasconcelos e Sousa⁴²³, Luís Filipe Oliveira⁴²⁴ e eu próprio⁴²⁵ –, responderam a alguns dos seus desafios,

⁴¹⁵ Refira-se, por todos, a importante colectânea coordenada por Seixas e Rosa (2012).

⁴¹⁶ Vejam-se, a título de exemplo, as seguintes obras colectivas – Rosa (org., 2012) e Rosa *et alii* (coord., 2019); ou Rosa e Nóvoa (2018).

⁴¹⁷ A título informativo e complementar, não se esqueçam outras fontes, entretanto ali publicadas, também com interesse para o estudo da nobreza medieval: Lopes e Silva (ed., 2015); Barradas (ed., 2016); Amaral (ed., 2015); Reis (ed., 2017; encontra-se em composição tipográfica o Tomo 2, 2ª Parte: 1248-1383, com data de 2019-2020).

⁴¹⁸ Algumas dissertações sobre casas senhoriais do século XV contemplaram esse aspecto, e recorro aqui, meramente a título de exemplo, a tese de mestrado de Luís Filipe Oliveira (1999). Para uma cronologia mais recuada, veja-se Ventura e Oliveira (1986). Também o ensaiei a partir das Inquirições Gerais de 1288-1290 – cf. Sottomayor-Pizarro (2013) e (2017).

⁴¹⁹ Creio que em todos os volumes dedicados às biografias régias medievais, na colecção do Círculo de Leitores, houve esse cuidado por parte dos respectivos autores.

⁴²⁰ Krus (1994) e (1993).

⁴²¹ Ventura (1992) e (1997-1998); Ventura e Oliveira (1995), (1986), (2001-2002) e (2003).

⁴²² Oliveira (1994), (1997) e (2010).

⁴²³ Sousa (2000), (2005) e (2014).

⁴²⁴ Oliveira (1999), (2009) e (2015).

⁴²⁵ Sottomayor-Pizarro (1995), (1999), (2008), (2014) e (2015).

mas também outros investigadores, de perfil supostamente mais “conservador”, mas que têm vindo a explorar da forma mais inovadora o crescente número das fontes editadas⁴²⁶; ou o contributo dado pelas novas tecnologias no tratamento dos dados ao nível da cartografia histórica⁴²⁷.

3. Novas Veredas

Referida a matéria-prima e os recursos disponíveis, podemos avançar para o último ponto, ou seja, perceber o que se fez desde 2010-2011 até agora, e o que ainda se poderá fazer.

Não posso esconder alguma surpresa, quanto à exiguidade da produção sobre nobreza medieval portuguesa nos últimos anos, e ainda mais sobre as questões ligadas ao parentesco. Alguns dos colaboradores deste volume poderão corrigir-me em caso de equívoco, mas nestes últimos dez anos, por exemplo numa revista como o *Medievalista*, apenas se publicaram dois artigos com interesse para esta matéria⁴²⁸; quanto à *Revista Portuguesa de História*, apenas os que integraram o dossier temático organizado por Leontina Ventura para o tomo de 2013⁴²⁹, enquanto no *e-Journal of Portuguese History* encontrei três textos⁴³⁰. É evidente que haverá mais produção dispersa, em revistas ou em actas de congressos, mas também ela não será muito extensa e nem sempre é fácil de conhecer. Devo dizer, em abono da verdade, que em relação com as questões do parentesco, a área de onde provêm mais trabalhos é a da literatura medieval, onde o tema é glosado amiúde por todos quantos trabalham nobiliários, cancioneros e crónicas, como se pode ver consultando, por exemplo, os números da revista *e-Spania*.

Num outro registo, refiram-se as dissertações académicas, quer de mestrado quer de doutoramento as quais, distribuídas pelas diferentes universidades, ascenderam a pouco mais de duas dezenas⁴³¹; acrescentem-se ainda, não esqueçamos, alguns projectos de pós-doutoramento, e a esse título refira-se a edição crítica do *Nobiliário* de

⁴²⁶ A este título, não posso deixar de referir, e de forma muito elogiosa, os trabalhos mais recentes de Augusto Ferreira do Amaral que têm feito uma verdadeira revisão sobre as origens de algumas linhagens medievais - cf. Amaral (2014), (2016), (2017) e (2018).

⁴²⁷ Nos últimos anos, sobretudo com a edição das inquirições dionisinas, tenho vindo a dar nos meus trabalhos uma particular atenção à cartografia, no que tenho contado com o apoio técnico imprescindível do Dr. Miguel Nogueira, responsável pelo gabinete de Infografia da Faculdade de Letras do Porto; por mais recente, cf. Sottomayor-Pizarro (2021).

⁴²⁸ Pérez (2014); Dacosta (2016).

⁴²⁹ Ventura (org., 2014) - dossier temático sobre a nobreza.

⁴³⁰ Calderón Medina Ferreira (2014); Aguiar (2015); Carvalhal (2016).

⁴³¹ A referência às dissertações de mestrado alargaria excessivamente esta nota. Para as dissertações de doutoramento, veja-se a interessante análise de António Castro Henriques (2019), onde se referenciaram 6 dissertações sobre nobreza medieval: Martins (2011); Campos (2012); Menino (2012); Bertoli (2016); Ferreira (2016); Moura (2017). E ainda, por mais recente, Aguiar (2021).

Damião de Góis, por António Pestana de Vasconcelos, como resultado de um desses projectos⁴³².

Creio que, para terminar, seria interessante apontar algumas linhas, que do meu ponto de vista deveriam ser mais exploradas, sem que se deva considerá-lo como uma presunçosa e atrevida actualização do Programa avançado pelo meu Mestre em 1981. Não terei qualquer preocupação com uma ordenação muito bem sistematizada, mas antes o que cada um dos temas implicar em termos de articulação com outros:

- Referidas que já foram as iniciativas levadas a cabo por Maria de Lurdes Rosa para proceder ao levantamento dos *Arquivos Senhoriais*, conviria ter uma imagem aproximada do que eles significam em termos de informação.
- A edição dos textos das *Inquirições Gerais* obrigaria a um tratamento sistemático da informação sobre o património da nobreza, desenvolvendo os meus ensaios apresentados nos Congressos da Casa Nobre⁴³³, a sua implantação regional, ou as relações com as comunidades locais, como o fizeram Rui Rocha ou Daniel Marques⁴³⁴.
- Investir seriamente na documentação monástica inédita, pois nos seus acervos encontram-se algumas das informações mais ricas sobre as famílias da nobreza.
- Em articulação com os dois pontos anteriores, e face às novas edições críticas dos nobiliários medievais, ensaiar a elaboração de novas genealogias e a correcção das já realizadas, incidindo a atenção sobretudo nos séculos XIV e XV.
- Esses trabalhos, a par do que tem sido produzido ao nível da análise literária, seria fundamental para desenvolver o nosso conhecimento ao nível da terminologia da linhagem e da família, como do parentesco, tal como fizera Leontina Ventura e mais recentemente Miguel Aguiar, nomeadamente quanto às estratégias matrimoniais; também deste ponto de vista gostaria de reafirmar a importância dos trabalhos dos nossos colegas da Literatura medieval.
- Bom seria, ainda, como o fez de forma quase pioneira Iria Gonçalves⁴³⁵, que se desenvolvessem estudos sobre a antroponímia, que bem se poderiam inspirar nas metodologias oferecidas em vários trabalhos de/ou coordenados por Pascual Martínez Sopena⁴³⁶.
- E, em articulação com os temas anteriores, um esforço no âmbito dos estudos heráldicos seria da maior importância.

⁴³² Vasconcelos (2014).

⁴³³ Sottomayor-Pizarro (2013) e (2017).

⁴³⁴ Rocha (2017); Marques (2019).

⁴³⁵ Gonçalves (1971), (1972), (1973-1974), (1996), (1999), (2003), (2004), (2006), (2009-2010), (2010) e (2013).

⁴³⁶ Bourin e Martínez Sopena (2010).

- Acompanhar mais de perto a historiografia espanhola sobre estas temáticas, bem mais importante para nós do que a de outras áreas europeias.
- *Last, but not the least*, a História política. Creio que as relações políticas, em particular as que respeitam à relação entre a Nobreza e o Rei, como eu e o Bernardo de Vasconcelos e Sousa fizemos e continuamos a fazer, as relações trans-fronteiriças da fidalguia portuguesa, em especial com a Galiza e com Leão, como o demonstraram por diversas vezes Inés Calderón e João Paulo Martins Ferreira; ou ainda o estudo das relações diplomáticas entre os reinos da Hispânia medieval, como recentemente o demonstrou Diana Pardal⁴³⁷, continuam a ser essenciais para compreender a fidalguia portuguesa.

Como, há alguns anos, afirmava Mariel Pérez, «han aparecido a su vez nuevos ejes temáticos, como los vínculos de los grupos aristocráticos con la Iglesia, y se han revisitado temas clásicos a través de otros prismas, como la dinámica de las relaciones entre la nobleza y la monarquía. Por otra parte, la investigación se ha nutrido de recursos metodológicos como la biografía o la antroponímia»⁴³⁸, às quais eu acrescentaria a Heráldica, como já referi, mas também a Arqueologia, e gostaria aqui de recordar a importância dos trabalhos de Mário Jorge Barroca, como por exemplo o que dedicou às Casas-Torres⁴³⁹, ou os *Congressos Internacionais sobre a Casa-Nobre*, realizados nos Arcos de Valdevez⁴⁴⁰. Fica aqui a proposta dessas, como de outras veredas a trilhar, para que as clareiras se vão alargando um pouco mais.

4. Conclusões

Mais do que «Conclusões», gostaria apenas de oferecer uma última reflexão, que possa servir de síntese a partir do que disse e do muito que a exiguidade de tempo obrigou a calar. Sobre a nobreza medieval portuguesa há muito ainda para explorar, como é evidente, nomeadamente face às novas fontes disponibilizadas. E face às que ainda permanecem por explorar nos vários arquivos, nomeadamente nos fundos monásticos. Tive a oportunidade de percorrer a maioria deles aquando da minha dissertação de doutoramento, e tenho a perfeita consciência daquilo que existe, e é muito, sobretudo para a segunda metade do século XIV e para todo o século XV, que continua por explorar e que merecia um tratamento sistemático.

Só a partir desses fundos, a par, é certo, também da documentação da Coroa, se poderá abordar em profundidade o estudo da nobreza entre 1350 e 1521. São precisas

⁴³⁷ Pardal (2020).

⁴³⁸ Pérez (2014, p. 19).

⁴³⁹ Barroca (1989).

⁴⁴⁰ A caminho da sexta edição (Novembro de 2022), as actas já publicadas recolheram um número muito considerável de trabalhos com interesse para as temáticas que tenho vindo a enunciar.

reconstituições genealógicas rigorosas, elencos prosopográficos de vária ordem, como os que foram feitos para o Desembargo Régio ou para os Cabidos Catedralícios. Começaremos então a ter uma imagem das famílias da fidalguia portuguesa, não apenas a partir da perspectiva do seu ramo mais ilustre, titulado até, como por norma acontece, mas também dos estratos médios e inferiores que as compunham. Talvez depois seja possível afinar um pouco mais tudo quanto sabemos sobre a evolução do parentesco, compreendendo de forma mais segura os ritmos da sua evolução e da sua transformação.

Bibliografia

- Aguiar, Miguel Pereira (2015), «Chivalry in Medieval Portugal», *e-Journal of Portuguese History*, vol. 13, nº 2, pp. 1-17.
- , (2021), *Aristocracia, parentesco e reprodução social em Portugal no final da Idade Média*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto (dissertação de doutoramento).
- Amaral, Augusto Ferreira (2014), *Macedos. Subsídios genealógicos*, 1ª ed., Óbidos, Várzea da Rainha Impressores.
- , (2016), «A Linhagem dos Braganços (Parte I)», *Armas e Troféus*, IX Série, vol. XVIII, pp. 259-318.
- , (2017), «A Linhagem dos Braganços (Parte II)», *Armas e Troféus*, IX Série, vol. XIX, pp. 247-274.
- , (2018), «As linhagens antigas dos Pereiras e dos Trastâmaras», *Armas e Troféus*, IX Série, vol. XX, pp. 301-374.
- Amaral, Luís Carlos (coord., 2015), *Diplomata et Chartae – Chartularia. Livro de Mumadona. Cartulário do Mosteiro de Guimarães, Portugaliae Monumenta Historica*, Nova Série, vol. VII), Lisboa, Academia das Ciências.
- Andrade, Amélia Aguiar; Filipa Roldão e João Luís Fontes (ed., 2020-2021), *Inquirições Gerais de D. Afonso II de 1220, (Portugaliae Monumenta Historica, Nova Série, Inquisitiones*, vol. XIII), Lisboa, Academia das Ciências.
- Barradas, Paulo (ed., 2016), *Scriptores – Fontes Litúrgicas. Martyrologium Lamecense. Martyrologium ad usum Ecclesiae Lamecensis, (Portugaliae Monumenta Historica, Nova Série, vol. VI)*, Lisboa, Academia das Ciências.
- Barroca, Mário Jorge (1989), «Em Torno da Residência Senhorial Fortificada. Quatro Torres Medievais na região de Amares», *Revista de História*, vol. IX, pp. 9-61.
- , (ed., 2017), *Corpus Epigraphicum Portugalicum. Pars Prima: IX-XII Saecula, Portugaliae Monumenta Historica, Nova Série, Inscriptiones*, vol. VIII, tomo I), Lisboa, Academia das Ciências.

- Bautista, Francisco (2011), «Cardeña, Pedro de Barcelos y la Genealogía del Cid», *e-Spania* [En ligne], 11. URL: <https://journals.openedition.org/e-spania/20446>
- Bertoli, André Luiz (2016), *Guerra, Violência e Cavalaria em Portugal, 1367-1481*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Bourin, Monique e Pascual Martínez Sopena (ed., 2010), *Anthroponymie et Migrations dans la Chrétienté Médiévale*, Madrid, Casa de Velásquez (Col. Casa de Velásquez, 116).
- Calderón Medina, Inés (2018), *Los Soverosa. Una Parentela Nobiliaria entre Tres Reinos. Poder y parentesco en la Edad Media hispana (ss. XI-XIII)*, Valladolid, Ediciones Universidad de Valladolid.
- Calderón Medina, Inés e João Paulo Martins Ferreira (2013), «Os Senhores de Cabreira e Ribeira: um estudo sobre a sua origem e transcendênciapeninsular (séculos XII-XIV)», *Revista Portuguesa de História*, XLIV, pp. 123-148.
- , (2014), «Beyond the Border. The Aristocratic mobility between the kingdoms of Portugal and León (1157-1230)», *e-Journal of Portuguese History*, vol. 12, nº 1, pp. 1-48.
- Campos, Nuno Miguel Silva (2012), *Os Teles: uma linhagem entre Castela e Portugal na Idade Média (1161- 1385)*, Évora, Universidade de Évora.
- Carvalho, Helder (2016), «Lineage, Marriage, and Social Mobility: the Teles de Meneses Family in the Iberian Courts (Fifteenth and Sixteenth Centuries)», *e-Journal of Portuguese History*, vol. 14, nº 1, pp. 1-19.
- Dacosta, Arsenio (2016), «Geografías imperfectas: linaje y poder en la obra de Luís Krus», *Medievalista* [online], nº 20. URL: <https://journals.openedition.org/medievalista/1167>
- David, Henrique (1986), «Os Portugueses nos Livros de «Repartimiento» da Andaluzia (Século XIII)», *Revista da Faculdade de Letras-História*, IIª Série, vol. III, pp. 51-75.
- , (1989), «Os Portugueses e a reconquista castelhana e aragonesa do século XIII», in *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, vol. III, Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica, pp. 1029-1041.
- Ferreira, João Paulo Martins (2010), *Entre Consanguinidade e Naturalidade. A Movimentação da Nobreza Portuguesa entre Portugal e Leão (1157-1230)*, Porto, Faculdade de Letras (dissertação de mestrado).
- , (2016), *A Nobreza Galego-Portuguesa da Diocese de Tuy (915-1381)*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto (dissertação de doutoramento).
- , (2019), *A Nobreza Galego-Portuguesa da Diocese de Tui (915-1381)*, Santiago de Compostela, Instituto de Estudios Gallegos Padre Sarmiento-CSIC.

- Ferreira, Maria do Rosário (2011), «Afonso Henriques, rei de Portugal: do valor fundacional da desobediência», *Cahiers d'Études Hispaniques Médiévales*, 4, pp. 55-70.
- , (2019), *Pedro de Barcelos e a escrita da história*, Porto, Estratégias Criativas.
- Gonçalves, Iria (1971), «Amostra de antroponímia alentejana do século XV», *Do Tempo e da História*, IV, pp. 173-212 [reeditado em *Imagens do Mundo Medieval*, Lisboa, Livros Horizonte, 1988, pp. 69-104].
- , (1972), «Antroponímia das terras alcobacenses nos fins da Idade Média», *Do Tempo e da História*, V, pp. 159-200 [reeditado em *Imagens do Mundo Medieval*, Lisboa, Livros Horizonte, 1988, pp. 105-142].
- , (1973-1974), «Onomástica pessoal da Lisboa de Quinhentos», *Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa*, 2ª série, nº 79-80, pp. 14-59.
- , (1996), «Identificação medieval: o nome dos dirigentes concelhios em finais de Trezentos», *Revista Portuguesa de História*, tomo XXXI, vol. 2, pp. 103-127.
- , (1999), «Do uso do patronímico na Baixa Idade Média portuguesa», in M. J. Barroca (coord.), *Carlos Alberto Ferreira de Almeida. In memoriam*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. 1, pp. 347-363.
- , (2003), «Entre o masculino e o feminino: sistemas de identificação em finais do século XV», in *Em louvor da linguagem. Homenagem a Maria Leonor Carvalhão Buescu*, Lisboa, Edições Colibri, pp. 141-158.
- , (2004), «O nome próprio masculino no norte de Portugal (séculos XII e XIII)», in L. Ventura (coord.), *Economia, Sociedade e Poderes. Estudos em homenagem a Salvador Dias Arnaut*, Coimbra, Ed. Ausência – Comissão Científica do Grupo de História da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pp. 265-300.
- , (2006), «O corpo e o nome – o nome e o gesto (notas de antroponímia medieval)», in A. I. Buescu, J. Silva de Sousa e M. A. Miranda (coord.) *O Corpo e o Gesto na Civilização Medieval – Actas do Encontro (11-13 de Novembro de 2003)*, Lisboa, Edições Colibri, pp. 39-56.
- , (2009-2010), «Linhas mestras da antroponímia medieval portuguesa», in *Media Aetas – Cadernos de Estudos Medievais*, 2ª série, vol. 4, pp. 93-113.
- , (2010), «O nome», in J. Mattoso (dir.) e B. Vasconcelos e Sousa, (coord.), *História da Vida Privada em Portugal*, vol. I – *A Idade Média*, Lisboa, Temas e Debates – Círculo de Leitores, pp. 198-225.
- , (2013), *Maria, Catarina e tantas outras. Ensaio de Antroponímia Medieval*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos.

- Henriques, António Castro (2019), «Theses in Medieval History, 2010-2018: an overview», *e-Journal of Portuguese History*, vol. 17, nº 2, pp. 175-201.
- Krus, Luís (1993), «D. Dinis e a Herança dos Sousas. O Inquérito Régio de 1287», in *Estudos Medievais*, nº 10, pp. 119-158.
- , (1994), *A Conceção Nobiliárquica do Espaço Ibérico. Geografia dos Livros de Linhagens Medievais Portugueses (1280-1380)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Lopes, Filipa e Maria João Oliveira e Silva (ed., 2015), *Diplomata et Chartae – Chartularia. Livro de Testamentos do Mosteiro de São Salvador de Paço de Sousa, (Portugaliae Monumenta Historica, Nova Série, vol. V)*, Lisboa, Academia das Ciências.
- Marques, Daniel Filipe da Costa (2019), *Usurpação de Direitos, foros e outras formas de conflitualidade na segunda alçada das Inquirições Gerais de 1258*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Martins, Maria Odete Banha da Fonseca Sequeira (2011), *Poder e Sociedade: a Duquesa de Beja*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Mattoso, José (1957), *L'Abbaye de Pendorada des origines à 1160*, *Revista Portuguesa de História*, tomo 7, vol. 2, pp. 1-192.
- , (1968), *Le Monachisme Ibérique et Cluny. Les monastères du diocèse de Porto de l'an mille à 1200*, Louvain, Université de Louvain.
- , (1968-1969), «As famílias condais portugalenses dos séculos X e XI», *Studium Generale*, 12, pp. 59-115 [reeditado em *A Nobreza Medieval Portuguesa - a família e o poder*, Lisboa, Editorial Estampa, 1981, pp. 103-159].
- , (1969), «A nobreza rural portuense nos séculos XI e XII», *Anuario de Estudios Medievales*, 6, pp. 465-520 [reeditado em *A Nobreza Medieval Portuguesa - a família e o poder*, Lisboa, Editorial Estampa, 1981, pp. 161-253].
- , (1974), «Sobre a estrutura da família nobre portugalense», in *Colectânea de Estudos em honra do Prof. Dr. Damião Peres*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, pp. 123-140 [reeditado em *A Nobreza Medieval Portuguesa - a família e o poder*, Lisboa, Editorial Estampa, 1981, pp. 373-388].
- , (ed., 1980), *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, (*Portugaliae Monumenta Historica*, Nova Série, vol. II-1/2), Lisboa, Academia das Ciências.
- , (1981), *A Nobreza Medieval Portuguesa - a família e o poder*, Lisboa, Editorial Estampa.
- , (1981a), «Notas sobre a estrutura da família medieval portuguesa», in *A Nobreza Medieval Portuguesa - a família e o poder*, Lisboa, Editorial Estampa, pp. 389-417.
- , (1982), *Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa*, Lisboa, INCM.

- , (1982a), *Ricos-Homens, Infâncias e Cavaleiros. A Nobreza Medieval Portuguesa nos Séculos XI e XII*, Lisboa, Guimarães e Cia. Editores.
- , (1985), *Identificação de um País. Ensaio sobre as Origens de Portugal (1086-1325)*, Lisboa, Editorial Estampa, 2 vols.
- , (1985a), *Portugal Medieval. Novas Interpretações*, Lisboa, INCM.
- , (1998) «Perspectivas actuais sobre a nobreza medieval portuguesa», *Revista de História das Ideias*, XIX, pp. 7-37.
- , (1999), «Prefácio», in José Augusto de Sottomayor-Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*, Porto, CEGHHF-Universidade Moderna, vol. I, pp. 9-11, [reeditado em Oliveira, Luís Filipe (2009), *A Coroa, os Mestres e os Comendadores. As Ordens Militares de Avis e de Santiago (1330-1449)*, Faro, Universidade do Algarve, pp. 9-17].
- , (2001-2002), *Obras Completas*, Lisboa, Círculo de Leitores, 12 vols.
- , (dir., 2010), *História da Vida Privada em Portugal. Vol. I – A Idade Média*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- Mattoso, José e Joseph Piel (1980), *Livros Velhos de Linhagens [Livro Velho de Linhagens e Livro de Linhagens do Deão]*, (*Portugaliae Monumenta Historica*, Nova Série, vol. I e vol. II-1/2), Lisboa, Academia das Ciências.
- Mattoso, José; Leontina Ventura; José Augusto de Sottomayor-Pizarro e Bernardo Vasconcelos e Sousa (2011), «The Medieval Portuguese Nobility», in J. Mattoso (dir.) e M. L. Rosa, B. Vasconcelos e Sousa e M. J. Branco (ed.), *The Historiography of Medieval Portugal, c. 1950-2010*, Lisboa, Instituto de Estudos Medievais, pp. 400-423.
- Menino, Vanda Lisa Lourenço (2012), *A Rainha D. Beatriz e a sua Casa (1293-1359)*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Miranda, José Carlos (2004), *Aurs mesclatz ab argen. Sobre a primeira geração de trovadores galego-portugueses*, Porto Edições Guarecer.
- Miranda, José Carlos e Maria do Rosário Ferreira (2015), «O projecto de escrita de Pedro de Barcelos», *Revista População e Sociedade*, 23, pp. 25-43.
- Moreira, Filipe Alves (2008), *Afonso Henriques e a Primeira Crónica Portuguesa*, Porto, Estratégias Criativas.
- , (2013), *A Crónica de Portugal de 1419: fontes, estratégias e posteridade*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação Para a Ciência e a Tecnologia.
- Moreira, Filipe Alves e João Paulo Martins Ferreira (ed., 2019-2020), *Livro de Linhagens do Deão*, (*Portugaliae Monumenta Historica*, Nova Série, vol. XI), Lisboa, Academia das Ciências.

- Moura, Carlos Manuel da Silva (2017), *A Casa dos Condes e Marqueses de Vila Real (Séculos XV-XVI)*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Oliveira, António Resende de (1994), *Depois do Espetáculo Trovadoresco. A estrutura dos cancioneros peninsulares e as recolhas dos sécs. XIII e XIV*, Lisboa, Edições Colibri.
- , (1997), «Arqueologia do mecenato trovadoresco em Portugal», in *2.º Congresso Histórico de Guimarães. Actas do Congresso*, vol. IV, Guimarães, Câmara Municipal, pp. 319-327.
- , (2010), «Na Casa de Afonso X. O Rei, a Corte e os Trovadores (abordagem preliminar)», *Revista de História das Ideias*, 31, pp. 53-76.
- , (2011), «Literary and historiographical production», in *Historiography on Medieval Portugal (c. 1950-2010)*, Lisboa, Instituto de Estudos Medievais, pp. 381-400.
- , (2013), «O irrequieto cancionero profano do rei Sábio», *Revista Portuguesa de História*, XLIV, pp. 257-278.
- , (2015), «A produção trovadoresca de Afonso X. 2 - Entre trovadores e jograis galego-portugueses», *La Corónica. A Journal of Medieval Hispanic Languages, Literatures & Cultures*, 43/2, pp. 5-27.
- , (2016), «Os cancioneros trovadorescos nos séculos XIV e XV: balanço e perspectivas», in *À Volta do Cancioneiro da Ajuda. Actas do colóquio 'Cancioneiro da Ajuda (1904-2004)*, Lisboa, INCM.
- Oliveira, Luís Filipe (1999), *A Casa dos Coutinhos: linhagem, espaço e poder (1360-1452)*, Cascais, Patrimonia.
- , (2009), *A Coroa, os Mestres e os Comendadores. As Ordens Militares de Avis e de Santiago (1330-1449)*, Faro, Universidade do Algarve.
- , (2015), «Do património aos familiares: as ordens militares nas Inquirições de 1220», in *Inquirir na Idade Média: Espaços, protagonistas e poderes (sécs XII-XIV). Tributo a Luís Krus. Colóquio Internacional (Lisboa, 14-15 de Dezembro de 2007). Actas*, Lisboa, Instituto de Estudos Medievais, pp. 211-223.
- Pardal, Diana Sousa Costa (2020), *A Diplomacia Hispânica Medieval. Tratados de Paz e de Fronteira entre 1065 e 1312*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto (dissertação de mestrado).
- Pardo de Guevara y Valdés, Eduardo (1985), «Los Castros gallegos en el siglo XIV. Apuntes para un analisis de su proyección en la historia politica de Castilla», *Hispania*, XLV, pp. 477-511.

- , (2001), «Parentesco y Nepotismo. Los arzobispos de Santiago y sus vínculos familiares en los siglos XIV y XV», in *Los coros de catedrales y monasterios: arte y liturgia. Actas*, A Coruña, Fundación Pedro Barrié de la Maza, pp. 65-119.
- , (2012), *De Linajes, Parentelas y Grupos de Poder. Aportaciones a la historia social de la nobleza bajomedieval*, Madrid, Fundación Cultural de la Nobleza Española.
- Pérez, Mariel (2014), «La aristocracia altomedieval: legados historiográficos y tendencias de investigación», *Medievalista* [online], nº 15. URL: <https://journals.openedition.org/medievalista/263?lang=en>
- Pichel, Ricardo (2021), «Sabeam quantos este livro virem... A recepção galega do legado historiográfico e haxiográfico do Rei Sabio na primeira parte do século XIV», in *Galicia no tempo de Alfonso X*, Santiago de Compostela, Consello da Cultura Galega, pp. 299-354.
- Reis, António Matos (ed., 2017), *Leges et Consuetudines. Forais e Cartas de Povoamento. 1ª Parte: 1050-1248*, (*Portugaliae Monumenta Historica*, Nova Série, vol. IX, tomo I), Lisboa, Academia das Ciências [encontra-se em composição tipográfica o Tomo 2, 2ª Parte: 1248-1383, com data de 2019-2020].
- Rocha, Rui Miguel Lourenço Baptista dos Santos (2017), *A Nobreza no Território de Viseu. Retratos de um espaço no tempo de D. Afonso III*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Rosa, Maria de Lurdes (1995), *O Morgadio em Portugal (Sécs. XIV-XV)*, Lisboa, Editorial Estampa.
- , (org., 2012), *Arquivos de Família, Séculos XIII-XX: que presente, que futuro?*, Lisboa, IEM/CHAM – Caminhos Romanos.
- Rosa, Maria de Lurdes et alii (coord., 2019), *Recovered Voices, Newfound Questions. Family Archives and Historical Research*, Coimbra, Imprensa da Universidade.
- Rosa, Maria de Lurdes e Rita Sampaio da Nóvoa (2018), «Arquivística histórica e arquivos de família, entre história e ciência arquivística: reflexões sobre um percurso científico e académico», *Revista Portuguesa de História*, XLIX, pp. 97-119.
- Seixas, Miguel Metelo de e Maria de Lurdes Rosa (2012), *Estudos de Heráldica Portuguesa*, Lisboa, IEM-UNL/UL - Caminhos Romanos.
- Sottomayor-Pizarro, José Augusto de (1995), *Os Patronos do Mosteiro de Grijó (Evolução e estrutura da família nobre - Séculos XI a XIV)*, Ponte de Lima. Ed. Carvalhos de Basto.
- , (1999), *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*, Porto, CEGHFF-Universidade Moderna, 3 vols.

- , (ed., 2007), *Inquirições do Reinado de D. Dinis. Inquirições de 1284, (Portugaliae Monumenta Historica, Nova Série, Inquisitiones, vol. III)*, Lisboa, Academia das Ciências.
- , (2008), «Os de Ataíde. De Santa Cruz do Tâmega à Corte Régia (Séculos XII a XV)», in *Armas e Troféus. Revista de História, Heráldica, Genealogia e Arte*, IX.ª Série, Lisboa, Instituto Português de Heráldica, pp. 31-52.
- , (2009), «A Participação da Nobreza na Reconquista e nas Ordens Militares», in I. C. F. Fernandes (coord.), *As Ordens Militares e as Ordens de Cavalaria entre o Ocidente e o Oriente. Actas do V Encontro sobre Ordens Militares. 15 a 18 de Fevereiro de 2006*, Palmela, Câmara Municipal - GEsOS, pp. 143-155.
- , (2010), «De e Para Portugal. A Circulação de Nobres na Hispânia Medieval (Séculos XII a XV)», *Anuario de Estudios Medievales*, vol. 40, nº 2, pp. 889-924.
- , (2012), «Conquistar e Controlar: o domínio da fronteira como expressão do poder régio em Portugal (séculos XI-XIII)», in F. G. Fitz y J. F. Jiménez Alcázar (coord.), *La historia peninsular en los espacios de frontera: las "Extremaduras históricas" y la "Transierra" (siglos XI-XV)*, Madrid, Sociedad Española de Estudios Medievales, pp. 47-71.
- , (ed., 2012 e 2015), *Inquirições Gerais de D. Dinis de 1288, Sentenças de 1290 e Execuções de 1291, (Portugaliae Monumenta Historica, Nova Série, Inquisitiones, vol. IV, tomos 1 e 2)*, Lisboa, Academia das Ciências.
- , (2013), «A Propriedade Senhorial nas Inquirições dos Finais do Século XIII. Coutos e Honras, Quintãs, Paços e Torres no Entre Minho e Ave», in *3.º Congresso Internacional – Casa Nobre. Um Património para o Futuro (Arcos de Valdevez, 2-4 de Dezembro de 2011). Actas*, Arcos de Valdevez, Câmara Municipal, pp. 86-108.
- , (2014), «Aristocracia e Mosteiros na «Rota do Românico». A Senhorialização dos Vales do Sousa, Tâmega e Douro (Séculos XI a XIII), Lousada, Rota do Românico.
- , (2015), «A Família Lima entre a Galiza e Portugal (Séculos XII a XVI)», in J. A. de Sottomayor-Pizarro e M. J. Barroca (coord.), *Paço de Giela. História de um Monumento*, Arcos de Valdevez, Câmara Municipal, pp. 15-65.
- , (2016), «A Coroa e a Aristocracia em Portugal (sécs. XII-XV). Uma relação de serviço?», in *Discurso, memoria y representación. La Nobleza Peninsular en la Baja Edad Media (Actas de la XLII Semana de Estudios Medievales de Estella-Lizarrá. 21 al 24 de julio de 2015)*, Pamplona, Gobierno de Navarra, pp. 141-176.
- , (2017), «A Propriedade Senhorial nas Inquirições dos Finais do Século XIII. Coutos e Honras, Quintãs, Paços e Torres (2.ª parte). Douro Litoral, Trás-os-Montes/Alto Douro e Beiras», in *4.º Congresso Internacional – Casa Nobre. Um Património para o Futuro. Actas (27 a 29 de Novembro de 2014). Tomo I – Memória Histórica*.

- Arquivos e Documentação Familiar*, Arcos de Valdevez, Câmara Municipal, pp. 54-77.
- , (2017a), «Entre o Condado e o Reino. Reflexões em Torno do Poder Aristocrático (Séculos XI-XII)», in L. C. Amaral (coord.), *Um Poder Entre Poderes. Nos 900 Anos da Restauração da Diocese do Porto e da Construção do Cabido Portucalense*, Porto, Cabido Portucalense-Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, pp. 305-324.
- , (2018), «Monarquia e Aristocracia em Portugal (Séculos XII-XIV). “Forais” e “Inquirições” na construção de uma Geografia do Poder Régio», in F. Arias Guillén y P. Martínez Sopena, (eds.), *Los Espacios del Rey. Poder y territorio en las monarquias hispánicas (siglos XII-XIV)*, Bilbao, Universidad del País Vasco, pp. 133-183.
- , (2019), «D. Dinis e o Mar», in *O Mar como Futuro de Portugal (c. 1223 – c. 1448). A propósito da contratação de Manuel Pessanha como Almirante por D. Dinis. Actas do XV Simpósio de História Marítima (Lisboa, 14 a 16 de Novembro de 2017)*, Lisboa, Academia de Marinha, pp. 25-34.
- , (ed., 2020-2021), *Inquirições Gerais de D. Dinis de 1301, 1303-1304 e 1307-1311*, (Portugaliae Monumenta Historica, Nova Série, Inquisitiones, vol. X), Lisboa, Academia das Ciências.
- , (2021), «As Ordens Militares e a Centralização Régia Portuguesa (sécs. XII-XV) - algumas reflexões», in *VIII Encontro sobre Ordens Militares. Ordens Militares – Identidade e Mudança, Palmela, 12-16 de Junho de 2019*, Palmela, GEsOS/Município de Palmela, pp. 353-364.
- , (2021a), «Da Cooperação ao Conflito. Poder Régio versus Poder Senhorial em Portugal através das Inquirições Gerais dos Séculos XIII e XIV», in R. Martínez Peñín e G. Caverro Domínguez (coord.), *Poder y Poderes en la Edad Media*, Murcia, Sociedad Española de Estudios Medievales, pp. 429-460.
- , (2021b), «Organização do Território e Fiscalidade Régia em Portugal: as Origens (sécs. XII-XIV)», in *EDAD MEDIA: Revista de Historia*, 22, pp. 55-76.
- Sousa, Bernardo de Vasconcelos e (2000), *Os Pimentéis. Percursos de uma linhagem da nobreza medieval portuguesa (Séculos XIII-XIV)*, Lisboa, INCM.
- , (2005), «As Ordens Militares nos nobiliários medievais portugueses», in *Actas do IV Encontro sobre Ordens Militares*, Palmela, GEsOS/Câmara Municipal, pp. 623-630.
- , (2014), «Los Pimentel y la Construcción de una Memoria Linajística», in *La Conciencia de los Antepasados. La construcción de la memoria de la nobleza en la Baja Edad Media*, pp. 175-200.

- Souto Cabo, José António (2012), *Os Cavaleiros que fizeram as cantigas: aproximação às origens socioculturais da lírica galego-portuguesa*, Rio de Janeiro, Editora da Universidade Federal Fluminense.
- Vasconcelos, António Maria Falcão Pestana de (2009), *Nobreza e Ordens Militares. Relações Sociais e de Poder (Séculos XIV-XVI)*, Porto, Faculdade de Letras, (dissertação de doutoramento).
- , (2014), *Livro de Linhagens de Portugal de Damião de Góis. Edição crítica*, Lisboa, Instituto Português de Heráldica.
- Ventura, Leontina (1992), *A Nobreza de Corte de Afonso III*, 2 vols., Coimbra, Faculdade de Letras.
- , (1996), «A Nobreza - da Guerra à Corte», in J. Serrão e A. H. de Oliveira Marques (dir.) e M. H. da Cruz Coelho e A. L. de Carvalho Homem (coord.), *Nova História de Portugal*, vol. III – *Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à Crise do Século XIV*, Lisboa, Editorial Presença, pp. 206-224.
- , (1997-1998), «Testamentária Nobiliárquica (Séc. XIII). Morte e Sobrevivência da Linhagem», *Revista de História das Ideias*, vol. 19, pp. 137-156.
- , (org., 2014), *Revista Portuguesa de História*, tomo XLIV.
- Ventura, Leontina e António Resende de Oliveira (1986), «Os Briteiros (Séculos XII-XIV). 2 - Estratégias familiares e património», *Revista Portuguesa de História*, tomo XXXI, vol. 2, pp. 65-102.
- , (1995), «Os Briteiros (Séculos XII-XIV). Trajectória social e política», in *Revista Portuguesa de História*, tomo XXX, pp. 71-102.
- , (2001-2002), «Os Briteiros (Séculos XII-XIV). 3. Imagens literárias», *Revista Portuguesa de História*, tomo XXXV, pp. 143-170.
- , (2003), «Os Briteiros (Séculos XII-XIV). 4. Produção trovadoresca», in *Os Reinos Ibéricos na Idade Média. Livro de Homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*, Porto, Faculdade de Letras, vol. II, pp. 763-777.